



AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE APOIO

N.º 06/A2/2011

ACÇÃO 2) – DIVERSIFICAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E SOCIAIS

(Portaria n.º 828-A/2008 de 8 de Agosto alterada pela Portaria n.º 1237/2010, de 13 de Dezembro)

Nos termos do “Regulamento Específico do Regime de Apoio das Acções 1), 2) e 3), previstas na Medida «Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca» do Eixo IV do PROMAR” a apresentação de candidaturas processa-se através de concursos, cujos avisos de abertura são aprovados pelos Grupos de Acção Costeira (GAC), sendo divulgados pelos GAC e pela Autoridade de Gestão através, respectivamente, do sítio da Internet da CIM Alto Minho, parceiro-gestor do Grupo de Acção Costeira Litoral Norte (www.cim-altominho.pt), do PROMAR (www.dgpa.min-agricultura.pt) e em jornais regionais.

O presente aviso para apresentação de pedidos de apoio é definido nos termos seguintes:

ENQUADRAMENTO

O aproveitamento dos recursos naturais, ambientais, sociais e culturais patentes nas zonas costeiras, cuja economia local apresenta uma significativa dependência da actividade piscatória, através da integração de actividades económicas inovadoras, susceptíveis de despoletar novas procuras, constitui uma das prioridades estratégicas da intervenção do Grupo de Acção Costeira Litoral Norte. Caso paradigmático deste tipo de actividades é o do turismo, nas suas diversas modalidades de ecoturismo, turismo activo e turismo náutico. Existem, contudo, muitas outras tipologias de actividades económicas que, assentando naqueles valores e recursos, serão capazes de gerar valor e emprego e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento sustentado das zonas costeiras.

O presente convite à apresentação de pedidos de apoio visa suscitar o surgimento de iniciativas de âmbito económico e social, viáveis do ponto de vista económico, financeiro e organizacional, com carácter eminentemente empresarial que, em integração harmoniosa com as actividades tradicionais, visem o aproveitamento dos recursos naturais próprios e específicos das zonas costeiras, no caso particular do Litoral Norte.

O aproveitamento destes recursos é, efectivamente, o elemento-chave da estratégia visada que em interligação com o apoio e valorização das actividades económicas existentes ou a criação de novas





actividades, promovam o aumento da competitividade regional e a geração de riqueza. Passa esta Estratégia pela criação de capacidade de gestão de toda a cadeia de valor, da inovação à comercialização apostando-se na concepção, diferenciação e valorização dos produtos e serviços ligados ao mar, numa perspectiva de atrair novos consumos e novos consumidores para produtos de alto valor acrescentado como sejam por ex. a transformação do pescado ou de produtos da fileira em iguarias. Aqui falamos também do aproveitamento para fins turísticos e/ou de promoção da distintividade dos seus recursos.

Uma nota para referir que este primeiro aviso exclui, intencionalmente, os sectores do alojamento, restauração e similares que poderão no futuro vir a ser contemplados em novos avisos. A razão de ser desta opção prende-se com duas ordens de razões: por um lado pretende aprofundar os moldes em que este tipo de investimentos deverão ser apoiados de forma potenciar o seu impacto na economia das zonas de pesca; por outro lado, pretendeu-se privilegiar neste momento a apresentação de candidaturas portadoras de maior grau de inovação.

1. OBJECTIVOS E PRIORIDADES VISADAS

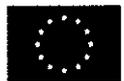
Apoio e valorização das actividades económicas existentes e promoção de novas actividades, aumentando a competitividade e o valor acrescentado das actividades ligadas à pesca que revelem um forte potencial de crescimento, contribuindo para a valorização económica e social das comunidades piscatórias, num quadro de desenvolvimento sustentável.

2. TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES

São susceptíveis de apoio, no âmbito do presente Avisos de Concurso as seguintes acções e tipologias de operações, previstas na Portaria 828-A/2008 de 8 de Agosto:

b) Diversificação e reestruturação das actividades económicas e sociais:

- i) Integração das actividades do sector com outras actividades económicas, nomeadamente através da promoção do ecoturismo, desde que dessas actividades não resulte aumento do esforço de pesca;
- ii) Diversificação das actividades através da promoção da pluriactividade por meio da criação de empregos.





3. TIPOLOGIA DAS INTERVENÇÕES A APOIAR

Serão apoiadas intervenções que potenciem e valorizem os activos estratégicos da região, nomeadamente a incorporação de produtos e serviços ligados ao mar.

Não são elegíveis as actividades económicas que se inserem nas CAE relativas ao alojamento, restauração e similares (55 e 56) CAE VER 3 (Decreto-Lei nº 381/2007 de 14 de Novembro).

4. ÁREA GEOGRÁFICA ELEGÍVEL

A área geográfica elegível é o Território de Intervenção definido pelo Grupo de Acção Costeira Litoral Norte no âmbito do Eixo 4 do PROMAR, que é composto pelas seguintes freguesias:

- a) Município de Vila Nova de Cerveira: freguesia de Vila Nova de Cerveira;
- b) Município de Caminha: freguesias de Âncora, Caminha (Matriz), Cristelo, Lanhelas, Moledo, Seixas, Vila Praia de Âncora, Vilarelho;
- c) Município de Viana do Castelo: freguesias de Afife, Anha, Areosa, Carreço, Castelo do Neiva; Chafé, Darque, Monserrate e Santa Maria Maior;
- d) Município de Esposende: freguesias de Esposende, Fão, Apúlia.

5. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

O prazo para apresentação dos pedidos de apoio decorre entre o dia 1 de Agosto de 2011 e o dia 28 de Outubro de 2011.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental do apoio a conceder afecta ao presente Aviso é de 200.000,00€ (duzentos mil euros).

7. ENTIDADES BENEFICIÁRIAS

Podem ser beneficiários dos apoios previstos quaisquer pessoas individuais ou colectivas, públicas ou privadas.





8. NÚMERO MÁXIMO DE PEDIDOS DE APOIO POR BENEFICIÁRIO

Cada beneficiário poderá submeter no máximo 1 pedido de apoio neste Aviso de Concurso.

9. METODOLOGIA DE APURAMENTO DA PONTUAÇÃO FINAL (PF)

9.1. Avaliação de mérito

Os Pedidos de Apoio apresentados serão objecto de uma avaliação de mérito em função da aplicação dos critérios de selecção a uma metodologia de cálculo e ponderação, Pontuação Final (PF), nos seguintes termos:

A metodologia de cálculo da Pontuação Final (PF) tem em consideração três factores:

$$PF = 35\%AT + 30\%VE + 35\%AE$$

AT - Apreciação Técnica

VE - Valia Económica e Financeira

AE - Apreciação Estratégica

Informação detalhada do cálculo da PF no Anexo 1

9.2. Estudo de Viabilidade Económica e Financeira

Nos projectos com fins lucrativos, cujo valor do investimento elegível seja superior a 50.000€ (cinquenta mil euros) deverá ser apresentado um Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro.

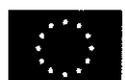
10. PONTUAÇÃO FINAL MÍNIMA OU OUTROS CRITÉRIOS DE SELECÇÃO

A hierarquização dos pedidos de apoio é feita por ordem decrescente da Pontuação Final da Operação, sendo considerada como pontuação mínima da operação a classificação de 50 pontos.

11. DEMONSTRAÇÃO DE SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA EQUILIBRADA

Para efeitos de demonstração de Situação Económica e Financeira Equilibrada, a que se refere a alínea f) do nº 10 do Regulamento Específico, do Regime de Apoio das Acções 1) 2) e 3, previstas na Medida “Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca” do Eixo IV do PROMAR, os promotores devem possuir uma Situação Líquida Positiva, aferida pelo último relatório de prestação de contas.

11.1 - Considera-se existir Situação Financeira Equilibrada quando a autonomia financeira pré-projecto, seja



b



igual ou superior a 15%. A Autonomia Financeira Pré-Projecto, tem por base o último exercício encerrado à data da apresentação das candidaturas, ou da fase de análise de admissibilidade, quando nesta fase existam dados mais actualizados.

11.2 – A Autonomia Financeira referida no número anterior é calculada a partir da seguinte fórmula:

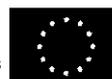
$$\text{Autonomia Financeira} = \text{CP/AL} * 100$$

CP – Capitais Próprios da empresa, incluindo os suprimentos e ou empréstimos de sócio ou accionistas que contribuam para cumprir o indicador referido.

AL – Activo Líquido da Empresa.

11.3 – Relativamente aos promotores que, à data da apresentação das candidaturas, não tenham desenvolvido qualquer actividade, ou não tenha ainda decorrido o prazo legal de apresentação do balanço e contas, bem como aos empresários em nome individual sem contabilidade organizada, considera-se que possuem situação financeira equilibrada se suportarem com capitais próprios pelo menos 15% do custo total do investimento.

11.4 – Outros Promotores, nomeadamente associações sem fins lucrativos, em nome individual entidades públicas, devem demonstrar a existência de meios financeiros que assegurem a contrapartida nacional do projecto.





12. FORMA, NÍVEL E LIMITE DOS APOIOS A CONCEDER

12.1 Forma dos Apoios a Conceder

O Financiamento das operações assume a forma de ajuda não reembolsável.

12.2. Nível dos Apoios a Conceder

A taxa de co-financiamento é de 60%.

13. DURAÇÃO DAS OPERAÇÕES

As candidaturas a apresentar no âmbito do presente Aviso de Concurso devem prever uma duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses para a respectiva execução, considerando para o efeito de início da contagem desse prazo a data de celebração do contrato.

14. MODO DE APRESENTAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

14.1. Formulário de Candidatura

Os Pedidos de Apoio são apresentados ao Grupo de Acção Costeira Litoral Norte por via de formulário disponível no sítio www.cim-altominho.pt, o qual deve ser devidamente preenchido e acompanhado de todos os documentos constantes da respectiva *check-list* e dos solicitados no presente Aviso de Concurso.

14.2. Modo de apresentação dos Pedidos de Apoio

O formulário deverá ser submetido em suporte papel, devidamente preenchido impresso e assinado, e magnético através das seguintes formas:

- a) Directamente nas instalações do Parceiro Gestor do Grupo de Acção Costeira Litoral Norte: CIM Alto Minho, sitas na Rua Bernardo Abrunhosa, nº 105 4900-309 Viana do Castelo, até às 17h30 da data estabelecida no ponto 5 do presente Aviso de Concurso.
- b) Através de correio registado para a morada supra referida, contando, para o efeito, a data constante do carimbo de entrada nos serviços.
- c) Deverá ser enviado (ou entregue por mão própria) para a sede do Parceiro Gestor do Grupo de Acção Costeira Litoral Norte o formulário em suporte digital.





15. MEIOS DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

15.1. O formulário, guia de preenchimento do formulário, orientações técnicas, legislação, Estratégia de Desenvolvimento Sustentável do Grupo de Acção Costeira Litoral Norte, e outras informações estão disponíveis no sítio da CIM Alto Minho, em www.cim-altominho.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos através dos seguintes contactos da CIM Alto Minho: telefone: 258800200; fax: 258800220 e email: gac@cim-altominho.pt.

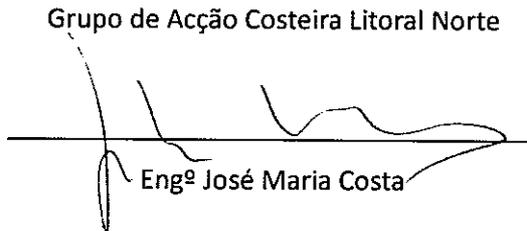
Mais informações poderão ser encontradas no sítio do PROMAR em www.dgpa.min-agricultura.pt.

15.2. O presente Aviso não dispensa a consulta de toda a regulamentação associada, nomeadamente

- a) Decreto-Lei nº 81/2008 de 16 de Maio e correspondentes alterações
- b) Portaria nº 828-A/2008 de 8 de Agosto e correspondentes alterações
- c) Regulamento Específico do Regime de Apoio das Acções 1), 2) e 3), previstas na Medida “Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca”, do Grupo de Acção Costeira

Viana do Castelo, 26 de Julho de 2011

O Presidente do Órgão de Administração do
Grupo de Acção Costeira Litoral Norte



Eng.º José Maria Costa



ANEXO 1

A metodologia de cálculo da Pontuação Final (PF):

$$PF = 35\%AT + 30\%VE + 35\%AE$$

AT – Apreciação Técnica

Critério	Parâmetro	Ponderação %	Características a ter em Atenção
Apreciação Técnica	AT4 Relevância e efeito “âncora” do projecto	30	Deverá ser demonstrado o efeito “âncora” do projecto no território do Grupo de Acção Costeira Litoral Norte, nomeadamente que atraiam novas actividades económicas ou que interliguem com actividades existentes, nomeadamente criando uma cadeia de valor dos produtos / serviços e que, por conseguinte sejam relevantes para a economia local.
	AT5 Qualidade técnica	20	O Pedido de Apoio deverá ser formulado evidenciando clareza, rigor e coerência da informação e documentação apresentada.
	AT10 Capacidade/Experiência profissional	10	O promotor deverá evidenciar a sua experiência na temática/âmbito do Pedido de Apoio, mediante uma breve descrição da sua experiência e/ou capacidade de realização do projecto.
	AT2 Qualificação dos postos de trabalho	10	Deverá ser demonstrada a qualificação dos Recursos Humanos do projecto, nomeadamente as competências específicas adequadas e necessárias para garantir o sucesso do projecto.
	AT14 Mercado para o produto/serviço	10	Deverá ser evidenciado de uma forma efectiva e objectiva a existência de mercado para o serviço/produto a criar/valorizar.
	AT12 Razoabilidade da Estrutura de Custos	20	Deverão ser apresentados os fundamentos que justificam os custos apresentados no Pedido de Apoio. Para esse efeito, para além da fundamentação dos custos, deverão ser apresentados em anexo 3 orçamentos ou outros documentos de suporte que justifiquem os custos inerentes às acções/actividades do projecto em causa.
TOTAL		100	





VE – Apreciação Económica e Financeira – projectos com Fins Lucrativos

Critério	Parâmetro	Ponderação %	Características a ter em Atenção
Apreciação Económica e Financeira	VE 1 Indicadores de Base Económica	30	Vendas e Prestação de Serviços; Outros Rendimentos; Custo Das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas; Gastos com o Pessoal; Fornecimentos e Serviços Externos; Outros Gastos
	VE 2 Indicadores Financeiros	30	Autonomia Financeira Financiamento do projecto por capitais próprios
	VE 3 Indicadores de Rentabilidade	40	Valor Actual Líquido Taxa de Actualização (TIR)
	Total	100	

VE – Apreciação Económica e Financeira – projectos sem Fins Lucrativos

Critério	Parâmetro	Ponderação %	Características a ter em Atenção
Apreciação Económica e Financeira	VE4 Autonomia financeira Pré Projecto <i>ou</i> Relação Capitais Alheios Capitais Próprios, <i>para Promotores que à data da apresentação das Candidaturas, não tenham desenvolvido qualquer actividade, ou não tenha decorrido o prazo de apresentação do balanço e contas, bem como aos empresários em nome individual sem contabilidade organizada.</i>	30	Autonomia Financeira Relação Capitais Alheios Capitais Próprios
	VE5 Plano de Sustentabilidade	70	Plano de Sustentabilidade; Plano de Actividades; Recursos Humanos; Recursos Financeiros; Organização Contabilística.
	Total	100	





AE - Apreciação Estratégica

Critério	Parâmetro	Ponderação %	Características a ter em Atenção	
Apreciação Estratégica	AE2	Contribuição para a valorização económica dos recursos endógenos.	20	Deverá ser evidenciada a contribuição para a valorização económica dos produtos endógenos.
	AE3	Inovação na concepção, diferenciação e valorização dos produtos da pesca e aquicultura.	20	Deverá ser evidenciada a inovação na concepção, a diferenciação e a valorização dos produtos da pesca e aquicultura.
	AE4	Contribuição para o aumento, diversificação e enriquecimento da oferta turística	20	Deverá ser evidenciada a contribuição para o aumento, diversificação e enriquecimento da oferta turística nas comunidades piscatórias
	AE18	Prossecução dos Objectivos da Estratégia de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Dependentes da Pesca.	10	Deverá ser evidenciado, de forma clara e objectiva, o enquadramento e contributo da Operação para os objectivos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Dependentes da Pesca, do Litoral Norte.
	AE14	Criação de postos de trabalho.	20	Será valorizada a criação de postos de trabalhos líquidos.
	AE20	Impacto no território	10	Deverá ser demonstrado o impacto do projecto no Território. Serão valorizados projectos que promovam a articulação em rede de profissionais e/ou de associações do sector.
	Total		100	

